

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA		
ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
<b>PR/2026/6540</b>	<b>9987/2026</b>	<b>Proposta à Câmara Municipal</b>
Assunto do Processo		
<b>Proposta à Câmara Municipal - Licenciamento de obras de edificação (especialidades) - Rua da Presa n.º 175 - Rua do Sol, freguesia de Adaúfe</b>		
Unidade Administrativa		
<b>DU - [INTERNO]</b>		
Propósito		
<b>Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal</b>		
Órgão/Cargo que resolve		
<b>Câmara Municipal de Braga</b>		

### PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

#### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



## DECISÃO

**Processo:** 30652/2025

**Resolução com número e data apresentados na margem**

**Procedimento:** Licenciamento de obras de edificação - Arquitetura - #G0190#

**Assunto do Processo:** Licenciamento de obras de edificação

Diretor Municipal da Câmara Municipal de Braga.

### FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Nos termos da informação técnica emitida pela Divisão de Gestão de Procedimentos Urbanísticos, propõe-se o deferimento do pedido de licenciamento da operação urbanística ao abrigo do art.º 26.º do RJUE.

Tendo em conta a proposta de resolução PR/2026/6395 de 25 de Fevereiro de 2026.

### RESOLUÇÃO

Defiro o licenciamento de obra de edificação

No prazo de um ano, deverá proceder ao pagamento das taxas devidas, solicitando a emissão da licença, sob pena de declaração de caducidade, conforme previsto no n.º 2.º, do artigo 71.º, do RJUE - Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, devendo para esse efeito apresentar os elementos constantes no ponto 21, do Capítulo III, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

À reunião de Executivo para deliberação, no âmbito do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 setembro na sua redação atual.

### Despachos

Município de Braga, à data da assinatura eletrónica.

### DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



**PROCESSO:** 30652/2025

**REGISTO DE ENTRADA:** 2026-E-RE-5918

**REQUERENTE:**

**LOCAL DA OBRA:** Rua da Presa n.º 175 - Rua do Sol, freguesia de Adaúfe 4710-256 Braga

**ASSUNTO:** Licenciamento de obras de edificação

DU - DGPU [GP9]

**INFORMAÇÃO TÉCNICA - SANEAMENTO E APRECIACÃO LIMINAR DOS PROJETOS DAS ESPECIALIDADES**

**1. CARATERIZAÇÃO DA PRETENSÃO**

O requerente, através do registo de entrada n.º 2026-E-RE-5918, de 24/02/2026, apresenta os **projetos das especialidades**, relativos à obra de Construção de uma habitação unifamiliar e destaque, a levar a efeito no prédio sito na Rua da Presa n.º 175 - Rua do Sol, freguesia de Adaúfe, que incide sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 1861/20080402, inscrito na matriz de natureza urbana sob o artigo n.º 205.

**2. ANÁLISE**

**2.1. Projeto de arquitetura**

**2.1.1.** O projeto de arquitetura com operação de destaque, encontra-se aprovado por despacho 2025-12533 de 04/09/2025

**2.2. Projeto de estabilidade, escavação e contenção periférica**

**2.2.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.3. Projeto de alimentação e distribuição de energia elétrica**

**2.3.1.** Apresentou termo de responsabilidade pelo projeto e ficha eletrotécnica da instalação elétrica, nos termos da subalínea i), da alínea a) do Artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 96/2017 de 10 de agosto, alterado pela Lei n.º 61/2018, de 21 de agosto.

**2.4. Projeto de instalação de gás**

**2.4.1.** Apresentou elementos a solicitar a isenção de projeto de gás.

**2.5. Projeto de abastecimento de água**

**2.5.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.5.2.** O projeto de abastecimento de água foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo 2026-S-RE-12391 de 24/02/2026.

**2.6. Projeto de águas residuais**

**2.6.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.6.2.** O projeto de águas residuais foi enviado à AGERE para emissão do competente parecer, através do registo 2026-S-RE-12391 de 24/02/2026.

**2.7. Projeto de águas pluviais**



**2.7.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.8. Projeto de arranjos exteriores**

**2.8.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.9. Projeto de infraestruturas de telecomunicações**

**2.9.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.10. Projeto de conforto térmico, incluindo pré-certificado energético**

**2.10.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.10.2.** Apresentou o pré-certificado energético, SCE385594640, nos termos da alínea a) do n.º 2 do Artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 101-D/2020 de 7 de dezembro.

**2.11. Projeto de aquecimento, ventilação e ar condicionado (AVAC)**

**2.11.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**2.12. Projeto de segurança contra incêndios em edifícios**

**2.12.1.** Apresentou ficha de segurança contra incêndios em edifícios.

**2.13. Projeto de condicionamento acústico**

**2.13.1.** Apresentou projeto e encontra-se corretamente instruído.

**3. PROPOSTA**

Analizados os elementos constantes do presente processo constata-se que o presente pedido de **Licenciamento de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades** se encontra corretamente instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis nos termos do disposto ao abrigo do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, e do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.

**3.1.** Face ao anteriormente exposto, constata-se que os **Projetos das Especialidades** se encontram corretamente instruídos, tendo sido apresentados os documentos exigíveis e considerados necessários à análise da pretensão, pelo que se propõe deferimento do **pedido de licenciamento** de obras de edificação, na sequência de aprovação do projeto de arquitetura - apresentação dos projetos das especialidades;

**3.2.** Após informação superior e despacho, deverá notificar-se o(a) O requerente para, no prazo máximo de 1 ano, apresentar requerimento e respetivos elementos instrutórios previstos no n.º 21, do Anexo I da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro, para o pagamento de taxas e emissão do respetivo recibo que tutela a operação urbanística.

**4. CONDICIONAMENTOS GERAIS**

Satisfação das condições estabelecidas pela DCHPA – Unidade de Arqueologia, vertidas no teor da informação técnica registada com o n.º 2025-8138, de 07/08/2025, nomeadamente:

**4.1.** A presente informação, relacionada com o registo de entrada em referência, é estritamente elaborada no contexto da apreciação técnica para a salvaguarda do património arqueológico do concelho de Braga.

**4.2.** A solicitação em avaliação, possui por objetivo o licenciamento de obras de demolições e construção de um imóvel, situado junto ao traçado proposto para a antiga Via Romana XVIII, do Itinerário de Antonino e, consequentemente, implantado em zona urbana cujo subsolo é, no



contexto da avaliação para a salvaguarda do património arqueológico concelhio, considerado muito sensível.

**4.3.** Programando o projeto de arquitetura em licenciamento, substanciais alterações do subsolo existente (construção de um piso em cota negativa), propõe-se que, todas as obras, com impacto no mesmo, sejam acompanhadas arqueologicamente, trabalhos estes, devidamente autorizados, para o efeito, pelo Património Cultural – I.P.

**4.4.** Mais se propõe que: a) O promotor da obra, ou as entidades responsáveis pela intervenção arqueológica, comunique, obrigatoriamente, aos Serviços de Arqueologia deste Município, com a antecedência mínima de 10 dias, a data do início dos trabalhos, bem como a duração previsível dos mesmos (Artigo B-3/9.º, n.º 5, do Código Regulamentar do Município de Braga). b) O promotor da obra entregue, obrigatoriamente, ao Município, o Relatório dos Trabalhos desenvolvidos no âmbito da condicionante arqueológica (Artigo B-3/9.º, n.º 6 do Código Regulamentar do Município de Braga), previamente à reposta à comunicação de utilização do imóvel em referência.

**4.5.** À luz do disposto na n.º 3 e 4, do art.º 79.º do Dec. Lei 107, de setembro de 2001, os promotores das obras ficam obrigados a suportar os custos das operações de arqueologia preventiva e de salvamento tornadas necessárias pela realização dos seus projetos.

**4.6.** Caso surjam durante os trabalhos em referência, vestígios arqueológicos achados de interesse científico e/ou patrimonial, dever-se-á aplicar a metodologia achada mais adequada ao seu correto estudo e conservação. A este respeito refira-se que, conforme o preceituado no n.º 1 e n.º 2 do art.º 79.º da Lei anteriormente referida, os serviços da administração culturais condicionarão a prossecução de quaisquer obras à adoção pelos respetivos promotores, das alterações ao projeto aprovado capazes de garantir a conservação, total ou parcial, das estruturas arqueológicas descobertas no decurso dos trabalhos.

## **5. INICIO DOS TRABALHOS**

De acordo com o Artigo 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de dezembro, na sua redação atual, conjugado com o n.º 1 do Artigo B-1/26.º do Código Regulamentar do Município de Braga, até cinco dias antes do início dos trabalhos, o promotor tem de informar a câmara municipal dessa intenção, nos termos do ponto n.º 30, do Capítulo VI, do Anexo I, da Portaria n.º 71-A/2024, de 27 de fevereiro.

DU - DGPU [GP9]

## **DOCUMENTO ASSINADO ELECTRONICAMENTE**

